

ARTIGO

O MONSTRO DE
FRANKENSTEIN
REACIONÁRIO ENCARA
A HISTÓRIA
*Notas sobre a
desdemocratização do passado
contemporânea*

ARTHUR LIMA DE AVILA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brasil
arthurlavila@gmail.com
orcid.org/0000-0002-7392-8593

O presente ensaio busca escrutinar teoricamente o fenômeno contemporâneo nomeado de “desdemocratização do passado” por meio, primeiramente, de um estudo de caso sobre as leis antiteoria crítica da raça recentemente aprovadas nos Estados Unidos e, mais tarde, da análise de duas grandes empresas produtoras de conteúdo “histórico” conectadas ao avanço reacionário atual, a *PragerU* norte-americana e a *Brasil Paralelo* local. Por fim, o texto traz algumas reflexões teóricas mais gerais sobre o que a desdemocratização do passado e o negacionismo histórico representam para as sociedades presentes.

*Desdemocratização do passado; neoliberalismo; PragerU;
Brasil Paralelo.*

O autor gostaria de agradecer a Alexandre Avelar e Fabio Franzini pelas leituras atentas, sugestões e comentários feitos a este texto ainda em sua fase embrionária.

ARTICLE

THE REACTIONARY
MONSTER OF
FRANKENSTEIN FACES
HISTORY

*Notes on the Contemporary
Dedemocratization of the Past*

ARTHUR LIMA DE AVILA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brazil
arthurlavila@gmail.com
orcid.org/0000-0002-7392-8593

This essay seeks to scrutinize theoretically the contemporary phenomenon called “dedemocratization of the past” through, firstly, a case study about the anti-critical race theory laws recently approved in the United States and, later, the analysis of two major companies that produce “historical” content connected to the current reactionary advance, the American *PragerU* and the local *Brasil Paralelo*. Finally, the text offers some general theoretical reflections on what the dedemocratization of the past and historical denialism represent for present societies.

*Dedemocratization of the past; neoliberalism; PragerU;
Brasil Paralelo*

Where everyone lies, no one lies; where everything lies, nothing is a lie
(Kis 1997, 10)

INTRODUÇÃO

A cena é famosa, mas merece ser lembrada porque, ao seu modo, encapsula alguns de nossos problemas epistêmicos e políticos atuais mais urgentes. Logo após a posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, em janeiro de 2017, quando confrontado pela imprensa sobre a quantidade de pessoas que teriam assistido à consagração do republicano, Sean Spicer, seu porta-voz, afirmou categoricamente que, no seu número total, aquela havia sido a maior inauguração presidencial de todos os tempos. Não fora, claro. Como as fotos comprovam, mais indivíduos participaram das assunções de Barack Obama em 2008 e 2012 do que da do bilionário novaiorquino. Para o funcionário, entretanto, sua declaração era um fato indisputável. De acordo com ele, aqueles e aquelas que a botavam em dúvida eram servis à “mídia fake” que Trump tanto “denunciara” ao longo de sua campanha. Spicer, que não tardaria em cair em desgraça por causa de sua mitomania (exagerada até para os padrões trumpistas), resumia ali, naquela sua estreia em entrevistas coletivas, não só a disposição, quase inata, do trumpismo à mentira, mas também recorria ao “reconhecimento bifurcado” (Cesarino 2022), que transforma a “verdade” menos em uma questão de (um sempre complexo) relacionamento entre fatos e sua descrição/interpretação/representação do que em um jogo de puro antagonismo: o aliado é veraz, o inimigo mente. A “mídia fake” não podia, por definição, corrigir Spicer e seu chefe. Ao se colocarem, no delírio persecutório de Trump e seus lacaios, na “oposição” ao republicano, os jornalistas haviam aderido ao (fictício) conluio contra o presidente eleito, de cujo lado estaria usando vestes um tanto estranhas, a “verdade”. Com esse jogo de inversões bizarras, “na Trumplândia, a verdade torna-se falsidade e a falsidade se disfarça de verdade. A credibilidade de *qualquer* fonte, bem como a própria ideia de um conhecimento verificável, é posta em questão” (Rosenfeld 2019, 7). Admirável mundo novo!

A Trumplândia, todavia, não era (é) tão excepcional quanto parecia (parece) ser. Como sabemos bem os historiadores e historiadoras que trabalham nesse Brasil (ainda) bolsonarizado, a debacle é universal. No apontamento de Ignas Kalpokas (2019, 9-10), a deriva em direção à “pós-verdade” (seja lá o que for ela) seria a inescapável “condição de nossos dias”. Estaríamos, então, testemunhando a consolidação da “inverdade como um modo de governo”, na colocação de Sophia Rosenfeld (2019, 8)? Isso tudo seria apenas uma “dissonância cognitiva” transitória nascida da “guerra cultural” extremista contra a democracia, na sugestão de João Cezar de Castro Rocha (2019; 2023), capaz de ser revertida com um regresso à empiria e ao respeito aos fatos? Ou o “relativismo pós-moderno” (também seja isso lá o que for), com sua pretensa “desvalorização” da verdade objetiva, seria agora a infeliz e quase irreversível episteme dominante do nosso tempo, como quer Lee MacIntyre (2019)? Terão o negacionismo e as “*fake news*” em suas múltiplas variantes, em uma arriscada paráfrase de Jean-Paul Sartre (1968, 136), tornado-se o horizonte insuperável de nosso tempo?

Já adianto que não me arriscarei a responder peremptoriamente a essas interrogações, até porque isso escaparia às minhas competências. Ainda assim,

elas podem servir como balizas para a exploração de uma problemática crucial à teoria da história contemporânea: em que medida a situação acima afeta as relações e representações do passado hodiernas, bem como suas formas de validação e certificação social? Será que, como infere Pablo Aravena (2019), estaríamos testemunhando mudanças “epocais” em relação à “consciência histórica” (prefiro “imaginação histórica”, mas sigamos) moderna, análogas às ocorridas no *Sattelzeit* europeu dos séculos XVIII e XIX, em que o próprio conceito de História, tal qual como o conhecemos na modernidade, estaria fenecendo? Sem afastar essa possibilidade, que acredito ser real, prefiro avançar uma hipótese mais modesta nas páginas a seguir: a de que essas transformações também envolvem um processo que, por enquanto, nomearei de “desdemocratização do passado”, ela própria um efeito da ofensiva global daquilo que Leticia Cesarino (2022) chamou de “convergência reacionária”, isto é, o consórcio neoliberal-neoconservador que deseja remoldar o mundo à sua imagem e semelhança.¹ Esse “monstro de Frankenstein”, na metáfora de Wendy Brown (2018), engole a tudo com os “torvelinhos de sua fúria” (Shelley 2013, 112), não deixando coisa alguma intocada. Consequentemente, história e democracia, bem como os vínculos que ligam ambas, são profundamente desestabilizadas pela besta-fera: a primeira, em sua dupla acepção de disciplina e forma de relação com o pretérito, é convertida em inimiga das “verdades” reacionárias ou esvaziada de sentido democrático substancial, enquanto a segunda, conceituada como a “organização política do comum” (Wolin 2016, 100), se vê açodada por uma intensa privatização da vida pública, pela atomização individual neoliberal e pelo retorno de seu “corpo noturno” (Mbembe 2017, 31) repressivo, violento e excludente – uma “democracia-em-má-fé” (Wolin 2016, 447) assentada na “política de inimizade” (Mbembe 2017) elementar ao brutalismo reacionário. Com isso, conclui Rosenfeld (2018, 136), as “velhas mitologias modernas” sobre “verdade” centrais ao “imaginário democrático” veem-se arruinadas porque, nascidas em uma conjuntura que nos parece anacrônica, gradualmente perdem relevância.

O pano de fundo desse drama é a crise das “estruturas que organizavam o ambiente político, científico, legal, midiático” (Cesarino 2022, 18) durante a modernidade. O resultante “colapso das mediações e contextos” (Cesarino 2022, 18) que possibilitavam a compreensão do mundo pelos sujeitos, por piores que fossem suas divergências, acaba dando ao presente esse “semblante de *ilegibilidade*” (De Cesare 2023a, 21). Não é gratuita a sensação de que tudo está do avesso ou de que nossos espaços simbólicos comuns deixaram de existir, substituídos por *realidades* aparentemente irreconciliáveis: ela é um *efeito* desse englobamento do “público pelo privado, da igualdade pela diferença, do fato pela ficção” (Cesarino 2022, 20), mas também da (falsa) impressão de “immediatez do mundo” (Vogl 2023, 163) estimulada pela “produção do real como informação transparente” (Vogl 2023, 171). Os apelos

¹ O Jano neoliberal-neoconservador pode ser definido, com o perdão da rapidez, como a conjunção (tensa, contraditória, heterogênea) entre a racionalidade neoliberal que “mede e enquadra todas as esferas da existência com métricas e termos econômicos” (Brown 2015, 9-10), fazendo com que o sujeito seja sempre e exclusivamente o *homo oeconomicus*, e que deseja refundar os laços sociais a partir desse ponto de partida, e um neoconservadorismo que retoma o nacionalismo paranoide, o conservadorismo social extremo (incluindo uma violenta agenda anti-LGBTQI+ e antifeminista), o autoritarismo político, o supremacismo branco (não raro dissimulado) e uma “liberdade” que não passa de pretexto para a licenciosidade dos dominadores, como bem expuseram Achille Mbembe (2017), Wendy Brown (2019), Lewis Gordon (2022) e Alberto Toscano (2023).

à experiência pessoal/imediata como a medida de tudo, a deslegitimação de atividades complexas de mediação/interpretação (dentre elas a história), o culto a uma subjetividade livre de constrangimentos coletivos, lógicas de reconhecimento bifurcado, o “devir-mercadoria” (Aravena 2019) do passado e a dissolução de “noções robustas do social” (Brown 2019, 27) são todos integrais a essa desestabilização geral e compõem o quadro desalentador de um capitalismo tardio liberado aos seus piores impulsos (Jappe 2021).

Como espero evidenciar, tudo isso contribui sobremaneira para a desdemocratização do passado contemporânea e para uma provável *reorganização em curso* dos elos entre a história e a pólis (sua *redisciplinização*?). O investimento afetivo, econômico e político da aliança neoliberal-neoconservadora no passado, apesar de inconstante e às vezes contraditório, não é simples oportunismo eleitoral ou artifício de uma “guerra cultural” que, sendo espelho e fumaça, obnubila suas reais intenções materiais. Pelo contrário, ele é *crucial* para seus planos maiores porque, e aqui recorro dos ensinamentos de Hayden White (1987, 58-59), a história, inclusive na variedade paródica/falsificada consagrada pela convergência reacionária, é um dos modos pelos quais os sujeitos se *identificam* e se *reconciliam* com uma dada ordem social (ou, por outro lado, se *reinventam* pela rejeição dessa mesma ordem). Por essa razão, há aqui um inevitável trânsito entre os âmbitos epistêmicos e políticos, visto nas falas de Spicer que abriram esse texto, que não pode, não deve, ser ignorado. Sob essa perspectiva, o monstro de Frankenstein visa transferir as instâncias legitimadoras da historiografia e do ensino de história do sistema de peritos assegurado pelos pares e pelas instituições acadêmicas para, de um lado, o mercado e, de outro, a “esfera pessoal protegida”, empobrecendo, com isso, a (relativa) autonomia disciplinar e os espaços de atuação profissional dos historiadores e historiadoras. Se trata, assim, de uma revinculação *explícita*, embora dissimulada, entre história e poder. Para além das perversidades discursivas (“o nazismo é de esquerda”, “o marxismo cultural controla o mundo”, “vacinas não funcionam”, “a Terra é plana”, etc.) daí nascidas, o que está ameaçada nessa conjuntura, para utilizar as recentes ponderações de Donatella Di Cesare (2023b, 12) sobre o negacionismo histórico, é a “comunidade interpretativa do futuro”, porque ela implode suas condições de certificação e validação *confiáveis*. Essa é a senda que tentarei percorrer abaixo.

Para testar essa suposição, recorrerei a duas situações contemporâneas de desdemocratização do passado. Primeiramente, analisarei brevemente as leis antiteoria crítica da raça (CRT, em inglês) aprovadas por uma série de legislaturas republicanas nos Estados Unidos ao longo dos últimos anos como reação às gigantescas manifestações antirracistas de 2020 e 2021. Paranoides e autoritárias, essas peças legais, que tem as escolas e universidades públicas como foco, miram toda e qualquer interpretação do passado que desafie uma visão essencialmente positiva da nação, sobretudo aquelas que enfatizem a centralidade da escravidão, da segregação racial e da desigualdade social na história do país, impondo sanções aos e às docentes desobedientes. Tais quais os intentos reacionários em limitar o direito ao voto das minorias políticas nos Estados Unidos, a imposição de uma raivosa cruzada antifeminista e as campanhas contra a “ideologia de gênero” (na verdade, campanhas contra a *existência* de pessoas LGBTQI+), as leis anti-CRT são um componente essencial da agenda desdemocratizante do Partido Republicano. Já a outra modalidade de desdemocratização diz respeito à atuação de duas grandes empresas produtoras de conteúdo “histórico” e umbilicalmente conectadas ao avanço reacionário, a Brasil Paralelo local e a *PragerU* estadunidense, cujos

planos de comporem um sistema de peritos alternativo à academia, com mecanismos de verificação e validação advindas do *mercado*, apresentam impasses políticos e epistêmicos sem precedentes para a historiografia disciplinada, sempre tão certa de sua autoridade “natural”. Ao fim, farei algumas breves considerações teóricas sobre a desdemocratização do passado, pretendendo amarrar os polos dessa discussão e propor uma leitura mais generalista desses fenômenos.

Antes de prosseguir, contudo, gostaria novamente de assinalar o caráter *hipotético* do que exporei a seguir. Embora o trabalho indique algumas conclusões (lembramos que estamos enfrentando um *problema em aberto*), ele é, antes de tudo, um ensaio, ou, como escreveu Damián Tabarovsky (2015, 140), um “abismo conjectural” que, nas suas idas e vindas, relaciona fenômenos que, numa vista rápida, não possuem ligação aparente. Ele é uma tentativa em *teorizar* nossa situação histórica, mesmo que a teoria da história pareça fraquejar e ceder a um “mal-estar da nominação” (Catanzaro 2021, 39) natural diante do ineditismo daquilo que estamos observando. Para a leitora, é provável que as fontes prescrutadas sejam prematuras para a análise detida ou que as suposições destrinchadas abaixo sejam exageros de inferência a partir de ocorrências difíceis de serem delineadas com precisão. Já adianto que não deixo de concordar com as presumíveis objeções, porque eu igualmente as tenho. Todavia, um ensaio é uma entrega à dúvida, à incerteza e à autorreflexão. Assumo, então, a temeridade que esse gênero envolve, com a expectativa de que, após o parágrafo derradeiro, algo tenha sido alcançado, apesar de frágil e fugidio – como sói ser a esperança em tempos sombrios, aliás.

MODOS DE DESDEMOCRATIZAÇÃO DO PASSADO I: AS LEIS ANTI-CRT NOS ESTADOS UNIDOS

Voltemos aos Estados Unidos (já desceremos para o Hemisfério Sul).

Desde as massivas manifestações antirracistas e anti-trumpistas de 2020, quando, em meio à pandemia do novo coronavírus, milhões foram às ruas para protestar contra o violento racismo sistêmico característico do país, a direita republicana vem dedicando-se a um assalto concertado à história, parte de sua ofensiva maior contra as próprias instituições democráticas estadunidenses que remonta, pelo menos, à “Revolução Republicana” de 1994 (Hemmer 2022).² O caráter *reativo* desses ataques não é, por óbvio, simples coincidência. A estridência e a virulência reacionárias explicam-se, de acordo com David Theo Goldberg (2023), pela percepção de que, após aquelas demonstrações gigantescas, as hierarquias sociais e raciais norte-americanas, tão caras à direita, estariam irremediavelmente ameaçadas. Até aí, nada de novo: da Reconstrução ao Movimento dos Direitos Civis, esse *mix* de paranoia e pavor tem sido o *modus operandi* habitual dos conservadores estadunidenses, com repercussões patentes nas representações do passado que circulavam por lá (a

² A “Revolução Republicana” de 1994 foi a inesperada vitória acachapante do Partido Republicano nas eleições legislativas de meio-termo. O êxito, ocorrido em meio ao primeiro mandato de Bill Clinton (1993-2001), democrata, é considerado um dos marcos da radicalização conservadora do partido, que, daí em diante, assumiria posições cada vez mais extremadas, culminando com reacionarismo virulento do *Tea Party* do início da década de 2010 e, obviamente, o trumpismo eleitoralmente triunfante em 2016.

Causa Perdida da Confederação, por exemplo).³ No entanto, se a intenção da ofensiva corrente é semelhante às que antecederam, seu conteúdo é levemente diverso: o supremacismo branco, o autoritarismo e o negacionismo histórico agora estão embalados com os robes cínicos do “antirracismo” que faz da “teoria crítica da raça” um dos atuais “objetos enlouquecedores” (Mbembe 2017, 72) dos reacionários estadunidenses (outro seria a “ideologia de gênero”). Nessa inversão absurda, a CRT, com seu “antiamericanismo” perverso, seria a última de uma longa linhagem de ameaças aos “valores de 1776”, na avaliação de um documento trumpista (The President’s Advisory 1776 Commission 2021), e a faceta mais recente do “marxismo americano” que, alegam, seria onipresente nas instituições políticas e educacionais do país. O relato é apocalíptico: como talvez em nenhum outro momento de sua história, lamenta a *intelligentsia* conservadora, os Estados Unidos estariam no limiar do abismo, se seus inimigos não fossem derrotados *de uma vez por todas*. Mark Levin (2022, 6), um dos principais disseminadores desses desvarios conspiratórios na mídia, resumiu esse Apocalipse aos seus leitores e leitoras: “a contrarrevolução à Revolução Americana está com força total. E ela não pode mais ser ignorada, pois está devorando nossa sociedade e cultura (...) e é ubíqua em nossa política, escolas, mídia e entretenimento”.⁴

Essa figura de uma América sitiada é essencial aos intuitos da reação pois, na avaliação de Brown (2019, 59-60), chancela “uma animosidade generalizada” contra a democratização da sociedade norte-americana ocorrida desde a década de 1960, concebida pela direita como o começo do rápido declínio da nação (“branca”, não se atrevem a dizer). Para Christopher Rufo (2023), o literal *inventor* do pânico moral ao redor da CRT durante o conturbado ano de 2020⁵, nenhuma instituição norte-americana estaria salva da “longa infiltração” ocorrida nos últimos cinquenta anos. Silenciosamente, a “esquerda” (um significante vazio) estaria promovendo uma gigantesca “revolução cultural” em terras americanas, culminada com o “sucesso” da CRT e das iniciativas de diversidade e inclusão – disfarces para um insidioso “regime ideológico” perverso – em universidades, escolas e empresas. Para bom

³ A chamada “Causa Perdida do Sul” é o conjunto de falsificações e idealizações do Sul pré-Guerra Civil realizadas por uma série de políticos, intelectuais e produtores culturais ao longo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do XX. Dentre outras coisas, a Causa Perdida minimizava o papel da escravidão para a eclosão do conflito, alçava os soldados confederados à condição de guerreiros ímpares só derrotados por uma força numérica muito maior, fantasiava sobre o caráter harmônico e pacífico das *plantations*, demonizava a “corrupção” da Reconstrução e dava chancela ideológica ao regime tirânico de Jim Crow. Derrotada nos campos de batalha, a Confederação escravista foi redimida pela hegemonia da Causa Perdida nos âmbitos memorialísticos, culturais e políticos até, pelo menos, a década de 1960, quando, após o fim da segregação legal e a Lei de Direitos Cíveis (1964-1965), foi desacreditada.

⁴ É significativo que a lista de “males” políticos que afligem os Estados Unidos nos dada por Levin (2022, 7-8) seja, do início ao fim, composta justamente por elementos de democratização da sociedade norte-americana, das exigências por proporcionalidade eleitoral ao fortalecimento de sindicatos e organizações comunitárias, passando pela expansão do direito ao voto a imigrantes, por exemplo. O libelo de Levin é, assim, uma evidência da constatação feita por Paul Johnson (2022) de que, em última análise, a democracia é o grande trauma dos reacionários norte-americanos.

⁵ O papel de Rufo na disseminação da paranoia anti-CRT a partir de sua posição de *fellow* na Heritage Institution, um *think tank* reacionário, é muito bem documentado por Goldberg (2023, 11-13), especialmente a entrevista dada a Tucker Carlson, apresentador hiper direitista da Fox News, em setembro de 2020, que se tornou um sucesso entre a base trumpista. A partir daí, a “polêmica” espalhou-se pela mídia feito fogo em palha.

entendedor, meio delírio já basta: as imprecações de Rufo têm por meta sancionar a *demolição* e *substituição* de todas as instituições contaminadas pela CRT e seus aliados, a começar pelas educacionais (coisa que, aliás, ele não esconde). É aqui que suas armas se voltam para o ensino de história: ele deu a justificativa que a bivalência neoconservadora-neoliberal precisava para redesenhar seus vínculos com a pólis e suas funções públicas, como será visto. A rapidez com que republicanos abraçaram essas teorias da conspiração, particularmente em estados como a Flórida e o Texas (bastiões conservadores), é sintomática: elas lhes deram o pretexto, bem notado por Jonathan Chait (2023), para intervir radicalmente nas escolas e universidades, consideradas “viveiros de antiamericanismo” (The President’s Advisory 1776 Commission 2021, 18) hostis aos seus planos ideológicos mais gerais. Por esse motivo, os “métodos de má-leitura” (Goldberg 2023, 41), compostos por uma série de *falsificações*, *fabricações* e *manipulações*, que embasam essa razia não são simples equívocos corrigíveis, mas ações deliberadas. Vejamos a confissão de culpa de Rufo (apud Goldberg 2023, 42-43, grifos meus): “a meta é fazer com que o público leia algo maluco no jornal e imediatamente pense na ‘teoria crítica da raça’. Nós *decodificamos o termo* e o *recodificaremos* para anexar a ele todo o tipo de construções culturais que são impopulares com os norte-americanos”. A recodificação da CRT, ampliada e alastrada por um ecossistema reacionário que funciona como a própria “confirmação” de suas “verdades”⁶, não é somente a ponta-de-lança do já comentado assalto implacável contra instituições educacionais (públicas, em especial), mas acarreta “uma reorganização profunda do tecido social” (Cesarino 2022, 214), vendo-o sob o prisma de uma *guerra existencial* incessante. As leis anti-CRT são uma continuação dessa guerra por outros meios.

Propostas pela coalização reacionária e aprovadas em dezoito dos estados norte-americanos, essas peças legais talvez sejam o exemplo mais bem acabado da desdemocratização do passado contemporânea. Nelas, e é preciso salientar a sua *uniformidade*⁷, a CRT é sinonimizada a qualquer interpretação que ressalte o papel da escravidão, da segregação racial e da desigualdade social na formação histórica dos Estados Unidos e considerada uma tentativa da “esquerda” de instigar nos jovens um antiamericanismo corrosivo. Contra isso, as leis definem um significado positivo apriorístico para a experiência norte-americana, inscrito no processo histórico mesmo, do qual Jim Crow, as *plantations* e as demais injustiças pretéritas seriam anomalias já resolvidas pela passagem dos dias: “a escravidão e o racismo são apenas *desvios*, *traições* e *falhas* em corresponder aos autênticos princípios fundadores dos Estados Unidos, que incluem liberdade e igualdade” (grifos meus, Texas House Bill 3979, 2021, 6). Esta seria, pelos textos legais, a única história “factualmente objetiva” dos Estados Unidos, sem a possibilidade de interpretações alternativas ou

⁶ Goldberg (2023, 14-15), que fez o melhor estudo sobre a guerra contra a CRT publicado até agora, demonstra essa circularidade, ao apontar para a rede de retroalimentação desse pânico moral composta por um “círculo pequeno de críticos e financiadores” que, localizados em um conjunto de instituições reacionárias (*think-tanks*, grupos lobistas, revistas, sites etc.), deram legitimidade e um grau de veracidade à paranoia interessada de Rufo. Foi a partir deles que, em pouco tempo, a reação contra a CRT ganhou corpo e apoio político considerável.

⁷ Os indícios dados por Goldberg (2023), especialmente a uniformidade textual e o *timing* da maioria das proposições, ocorridas em um período curto de meses em 2021, apontam para o papel de Rufo e do *Heritage Institute* na escrita dos projetos de lei, mais tarde enviados para as bancadas estaduais republicanas. Isso quer dizer que, ao invés de ser algo nascido *de baixo*, a ofensiva anti-CRT foi inventada e articulada *de cima* e mais tarde revestida de um caráter “genuinamente” popular.

concorrentes (Texas House Bill 3979 2021, 7; Florida House Bill 7 2022, 14). Aquelas e aquelas que persistem clamando por reconhecimento e reparação seriam, nessa visão, os reais “divisores” do país, pois insistiriam em propagar queixas mentirosas e “ideologias” que deveriam, em realidade, ser *expurgadas* das salas-de-aula: as punições previstas aos e às docentes, que variam de multas pesadas à perda do emprego, o deixam nítido (Waxman, 2022). O caráter coercitivo dessas leis é, assim, ululante. Mas, acima de tudo, elas são formas de negação com uma clara finalidade ideológica: elas fabricam uma “nostalgia por um idílio imaginado. (...) Uma ordem de coisas sem manchas de sangue, um passado purificado de seus padrões de dominação, segregação e iniquidade racial” (Goldberg, 2023, 120). As legislações *apagam* os traços do pretérito no presente, esvaziando-o de um sentido crítico substantivo e, ao fazê-lo, impedem, para citar Mbembe (2019, 12), que um passado partilhado vire uma história comum. Fiéis a um espírito neoliberal, elas responsabilizam punitivamente os indivíduos por suas supostas escolhas “livres” em um contexto de “igualdade de oportunidades”. Se, como o currículo conservador implementado em 2022 na Flórida assegura com todas as letras, até os escravizados podiam aprender com seu cativo e crescer na vida, então a superação de iniquidades é uma questão de vontade: basta querer (Waxman 2022). O “esquecimento celebratório” (LaCapra, 1994, 73) à serviço da positividade tóxica típica dos coachs. Neoconservadorismo e neoliberalismo de mãos dadas.

No que se refere a essa legislação, dois aspectos me parecem centrais para a compreensão de suas implicações desdemocratizantes. Primeiramente, elas propõem uma *dissolução do social* porque apagam a possibilidade de compreensão de uma *história comum* que, justamente por causa disso, coloca responsabilidades para os sujeitos do presente e eliminam, quando não demonizam, a alteridade, ontologizando-a como essencialmente ameaçadora – de resto, uma operação típica do reacionarismo norte-americano (Johnson 2022). Nelas, o “poder social que gera exclusão, hierarquia e violência” (Brown 2019, 40) cede frente à atomização individual que só vê, ontem e hoje, sujeitos soberanos competindo em pé de igualdade em um mercado fetichizado como o Alfa e Ômega do mundo. A ideia de um “destino compartilhado”, que é, para Wolin (2016, 100), instrumental à democracia precípua, é permutada por uma concepção *privatizante* da história, na medida em que cada aluno ou aluna terá direito a imagens fragmentadas, individualizadas e não-recíprocas do tempo antes de agora – “eu, o povo” (Johnson 2022). Tamanho narcisismo é protegido, e chegamos ao segundo aspecto, por uma linguagem afetiva que visa salvaguardar os e as estudantes (brancos, presume-se) das perturbações que um enfrentamento honesto com as feridas históricas pode neles gerar. A redação desses artigos, que é idêntica em quase todas as leis, é lapidar: “uma pessoa não deve ser instruída a sentir culpa, angústia ou outras formas de desconforto psicológico pelas ações cometidas no passado por membros da mesma raça ou sexo” (Texas House Bill 3979 2021, 8; Florida House Bill 7 2022, 21). O fundamental é menos entender o que aconteceu antes de agora, incluindo suas possíveis vinculações com a atualidade, do que como as pessoas *se sentirão* a respeito disso: “nesse contexto”, escreve Rosenfeld (2019, 9), “o importante é que enunciado seja *sentido* como autêntico ou que se conforme a um sentimento preexistente”, sem que possa ser desafiado. Nas palavras de Tina Descovich, presidente do grupo extremista *Moms for Liberty* (“Mães pela

Liberdade”)⁸ e apoiadora contumaz da agenda reacionária, nenhum estudante deveria saber os detalhes mais violentos da história da escravidão: deviam, em contrário, ser *protegidos* desse conhecimento, inclusive com o banimento de livros e materiais didáticos, se necessário (Capehart 2022).

Para salvaguardar o direito dos e das jovens em não serem chocados pelo ensino de história, a legislação concede às famílias, a “esfera pessoal protegida” defendida pela aliança neoliberal-neoconservadora, o papel de árbitra final sobre o que pode ou não ser ensinado aos seus filhos (Cooper 2017). Se algum conteúdo “ofender” seus “valores familiares”, tanto o aluno ou aluna pode recusar-se a participar das aulas quanto seus pais podem exigir a supressão do material ou do docente “ofensivo”.⁹ Sob essa perspectiva, o esforço educativo é reduzido à já mencionada celebração acrítica da nação, a confirmação de convicções pré-existentes e ao fornecimento *à la carte* de informações sobre o passado ao gosto da clientela (que pode recusar-se a ser servida, inclusive), propagandeadas como o “conhecimento objetivo” acerca do passado. Todavia, não temos aqui tão-só um recuo a uma suposta percepção factual e ultrapassada da história, mas o avanço em direção a uma “mobilização de jogos de verdade em que as relações com o mercado se interpretam como relações gerais com o real” (Vogl 2023, 202-203). A sala de aula como um (pobre) “*laissez-faire* de ideias” onde o passado é “coisificado” em significações inconsequentes que obedecem à “economia de desejo” dos sujeitos (Aravena 2023, 96). Assentadas no reconhecimento bifurcado e em um “giro afetivo” (Catanzaro 2021, 47) que troca a compreensão e o reconhecimento de um passado comum por um sentimentalismo solipsista e farsesco, essas operações movem-se do *negacionismo* franco (“algo não ocorreu”) à *negação* (“algo ocorreu, mas não quero saber dele”) como método de (má)leitura do passado nacional.¹⁰ Ao desarmar a “evidencialidade da evidência” (Gordon 2021, 68), a legislação anti-CRT força, tal qual Spicer em sua entrevista coletiva, “a realidade a se conformar a falsidades” (Gordon 2021, 63), dando aos sujeitos uma “fuga confortável” (Gordon 2020, 72) daquilo que não querem enfrentar, por medo, omissão ou ódio. Essa, observaremos abaixo, talvez seja a principal característica das mobilizações reacionárias do passado, bem notada por Rodrigo Nunes (2022, 64-65) e Fernando Nicolazzi (2023): a de renegar o estado de coisas em que vivemos para criar as condições para superar, no plano da imaginação, conflitos sociais ainda irresolutos no âmbito material. Ora, para

⁸ O grupo *Moms for Liberty* tem se caracterizado por ser um dos mais estridentes em sua defesa das leis anti-CRT e anti-LGBTQI+, enfatizando, como seu próprio nome entrega, o “direito parental” em determinar o que pode ser ensinado aos seus filhos e filhas, incluindo a possibilidade de banimento de obras consideradas ofensivas e inadequadas. O sítio virtual dessas mães pela liberdade é, nesse sentido, um exemplo de macartismo, porque dá aos seus visitantes “dicas” de como delatar professores e professoras subversivas.

⁹ De acordo com a *American Library Association*, em 2022 foram realizados mais de 1200 pedidos de banimento de livros em escolas e universidades norte-americanas, realizadas principalmente por pais “preocupados” com supostos conteúdos ofensivos e indevidos, particularmente no que concerne sexo, gênero e raça. Em geral, as justificativas para o banimento envolviam o “desconforto” que as publicações podiam gerar nos e nas estudantes ou suas possíveis ofensas às crenças familiares. Ver: <https://www.ala.org/news/press-releases/2023/03/record-book-bans-2022>. Nesse espírito, a legislatura da Flórida aprovou a Lei de Direitos Paternais em Educação, em 2022, cujo objetivo é o de proibir a discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero nas escolas públicas do estado, além de demandar que educadores não mantenham confidencialidade no caso de “saídas do armário” dos e das estudantes. Ver <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/1557>.

¹⁰ Sobre esse trânsito entre negação e negacionismo, ver o instrutivo livro de Keith Kahn-Harris (2019).

recordar de Fredric Jameson (1981, 77), essa é uma das funções cabais da *ideologia*. Diante disso, o enorme investimento econômico, político e afetivo da convergência reacionária no passado torna-se mais compreensível: ele propicia, para retomar a argumentação de Nunes (2022, 66-67), a fuga das condições traumáticas de nossas existências em direção a, no caso, um pretérito fantástico – o Éden pré-Queda. Nos instantes finais do ensaio, retornarei a esse ponto. Por enquanto, sigamos.

MODOS DE DESDEMOCRATIZAÇÃO DO PASSADO II: A PRAGERU E A BRASIL PARALELO

Saindo do *lanfare* republicano contra a “teoria crítica da raça”, gostaria, agora, de explorar um outro formato de desdemocratização do passado, que não se dá tanto pela intervenção política-estatal imediata, mas pela sua *mercantilização* aberta e pelo recurso a formas de validação e certificação francamente mercadológicas – “devir-mercadoria”, para recuperar a conceitualização de Aravena (2019), que torna a história um serviço (Turin 2020). A “comodificação total” de tudo que Jameson (1991, x) via como uma das características basilares do capitalismo tardio – a colonização definitiva da existência pelo mercado, sem pontos de fuga – não tardaria em consolidar, para voltarmos às ponderações de Josef Vogl (2023, 204), o mercado como o árbitro último daquilo que é “verdadeiro” ou não, com toda a instabilidade crônica que isso acarreta. Nesse cenário de incerteza epistêmica constante, processos complexos de mediação e interpretação do mundo são postos em dúvida por um desejo de transparência e presença, dando vazão à ilusão de um acesso “desintermediado” (Calasso 2019, 73) ao pretérito, ancorada em dispositivos de interpelação emocional dos sujeitos e, em certos momentos, de um retorno (uma compensação?) à ideia da “verdade” como uma *revelação* – uma *externalidade pronta* encontrada por aqueles e aquelas com a coragem (e o dinheiro) para encontrá-la. Em tal ambiente, lógicas de reconhecimento bifurcado vicejam tanto quanto a autolegitimação de sistema de peritos “alternativos”, as *alt-sciences* de que fala Cesarino (2022, 204), que almejam *suplantar* em definitivo seus adversários. Para adentrarmos nessa (insalubre, admito) seara, tomarei como exemplos a *PragerU*, uma autodesignada “universidade virtual” norte-americana que é peça central do ecossistema reacionário nos Estados Unidos, e a Brasil Paralelo, infame produtora de conteúdos brasileira bem conhecida pelos historiadores e historiadoras locais.

Iniciemos pela *PragerU*, a organização criada em 2009 por Dennis Prager, apresentador conservador de *talk shows* e ativista republicano, para ser um contraponto ao “marxismo americano” todo-dominante no “establishment”. Atuando sobretudo no plano audiovisual, com vídeos curtos que, em 2020, já ultrapassavam um bilhão de visualizações (Bowles 2020) e focada majoritariamente em uma audiência jovem, a empresa pretende – como seu nome entrega – ser um polo legítimo de difusão de conhecimento e não somente uma vendedora de entretenimento aos seus consumidores. O fulcro do projeto da companhia é a oposição renhida, reiterada constantemente por Prager, ao “*big government*” (supostamente) representado pelos democratas, os progressistas e seus aliados, sempre unidos contra o espírito que fez da América um “experimento de liberdade”. Ecléticos, os produtos da *PragerU* abordam diversos temas e objetos, sempre lindeiros ao negacionismo,

dissimulado ou não: da rejeição da crise climática e do racismo sistêmico norte-americano, passando por defesas e relativizações da violência policial e a diatribes contra a “ideologia de gênero” e a “teoria crítica da raça”, seu cardápio é repleto de opções “anti-politicamente corretas”.¹¹ Seus vídeos propriamente históricos são, conseqüentemente, muito próximos da concepção de história tácita às leis anti-CRT (que, diga-se de passagem, apoiam): estridentemente nacionalistas, excepcionistas, eurocêntricos, chauvinistas ocidentais e devotados a um supremacismo branco que não ousa dizer seu nome, malgrado o uso de *hosts* afro-americanos e tributos inócuos à diversidade racial da América. Não surpreendentemente, alguns deles dedicam-se à trivializar a escravidão e a segregação racial nos Estados Unidos, consideradas apenas fatos “lamentáveis” sem maiores repercussões de longo prazo; fomentar visões conspiracionistas da história do Partido Democrata e glorificar a do seus adversários republicanos; louvar a “superioridade” do Ocidente, do capitalismo de livre-mercado, da meritocracia e da moral judaico-cristão diante do resto do globo; heroizar no limite do caricato os Pais Fundadores; e, para encerrar essa breve lista, negar que a América de hoje tenha qualquer débito a ser saldado com quem quer que seja, especialmente minorias políticas “vitimistas” e “oportunistas”. “A verdade da história norte-americana”, para o próprio Prager, seria a de que a nação era uma “força para o bem”, sem nuances ou concessões às “mentiras” esquerdistas que a pintam com cores excessivamente sombrias (Turning Point 2021).

Tudo isso é, enfim, tediosamente previsível. Por isso, o que me interessa nesse momento, contudo, é menos o conteúdo manifesto das obras da *PragerU* e mais a “epistemologia” que lhe é subjacente, isto é, os meios pelos quais a empresa legitima suas produções por apelos a uma “verdade histórica” refigurada por uma política de inimizade inabalável, símile ao “método Spicer”: de um lado, os patriotas dedicados à sua preservação e divulgação; de outro, os falsários antiamericanos do “*establishment*”. James Lindsay, ativista reacionário e colaborador da “universidade virtual”, resumizou, em entrevista à sua CEO, o entendimento geral da *PragerU* sobre as universidades e o mundo cultural norte-americano ao dizer que ambos estavam interessados em “produzir cidadãos ativistas por meio da divisão racial, a sexualização precoce das crianças e narrativas catastróficas sobre mudanças climáticas” (PragerU 2023a). Por esse traçar de linhas, a *PragerU* torna-se não só um sistema de peritos alternativo à academia “corrompida”, mas a veiculadora de uma “verdade” revelada: uma coisa que sempre esteve lá, apesar das inúmeras tentativas de surrupiá-la do público, apenas esperando para ser “descoberta” pelos sujeitos.

Um olhar atento a um “documentário” auto laudatório composto pela produtora nos dá indícios para um entendimento mais apurado desse ardil – que é, antecipemos a discussão, similar ao da Brasil Paralelo, uma campeã na arte da autopromoção megalomaniaca. Chegaremos lá, mas, por hora, voltemos ao “documentário” da *Prager U*. A sua narrativa sobre a formação da empresa, contada com aquela espontaneidade *fake* das propagandas, é enquadrada pela história de sua guia, uma jovem negra de Los Angeles (bastião

¹¹ De acordo com a organização *Southern Poverty Law Center*, cujo propósito é o monitoramento das organizações de extrema-direita nos Estados Unidos, a *PragerU* tem uma relação ambígua, mas perceptível, com a direita radical anglo-americana, como comprovam não só a utilização de tópicos associados a ela (a “invasão” imigrante do Ocidente, as reivindicações superioridade ocidental, o antifeminismo e a islamofobia), mas também ao apoio dado, no canal de Youtube da empresa, a canais de figuras como David Rubin, Stefan Molyneux e Milo Yannopoulos. Ver Kelley 2018.

do “sistema”), que inicia-o contando de sua conversão ao conservadorismo e à “verdade histórica” causada pelos vídeos da “universidade virtual”. Mesclando os enredos de superação pessoal meritocrática com uma evidente conotação religiosa dada à transformação política da apresentadora, essa historieta individual serve para dar um sentido quase teológico ao papel da *PragerU* na “revelação” de “verdades” roubadas ao povo norte-americano pela maléfica elite cultural, uma tarefa hercúlea de “desafio” ao “sistema” acadêmico e cultural norte-americano, irremediavelmente contaminado pelo “esquerdismo”. Tal qual o Davi bíblico, mas armado com alguns milhões ao invés de um reles pedregulho, Dennis Prager ousou pôr à prova o “sistema”, seu Golias particular, dando aos seus e suas compatriotas um instrumento para a iluminação pessoal e promoção da “verdade histórica” surrupiada por seus oponentes: “uma maneira de ensinar o que não é ensinado”, na frase de sua CEO, “para poder mudar a conversa” (PragerU 2021a). O fato, para seus criadores, de que a “esquerda” estaria atacando a *PragerU* seria apenas a comprovação de que, no fundo, as “verdades” por ela trazidas à audiência estariam finalmente pondo abaixo o cuidadoso edifício arquitetado por seus antagonistas (PragerU 2021a). Como, no dito de seu fundador, se a *PragerU* luta pela “apreciação pelos valores únicos dos Estados Unidos” e acredita “no poder da verdade” (PragerU 2021a), pressupõe-se que seus críticos não estão somente equivocados, mas são naturalmente mentirosos.

O “documentário”, obviamente, é um meio para a comercialização exitosa das *commodities* da empresa, mas também “combina a produção de verossimilhança e confiança com uma consequente paralisia ou obscurecimento dos cenários de fundamentação” (Vogl 2023, 186-187) porque abre mão deles: se a verdade é revelada, ela não precisa ser provada – ela simplesmente é. A *PragerU* é sua própria verdade e a verdade é o que a *PragerU* (e o ecossistema reacionário) afirma ser. Uma olhadela nos títulos de vários de seus vídeos (“a verdade sobre a imigração ilegal”, “cinco minutos de verdade podem desfazer anos de propaganda”, “a verdade sobre o Partido Democrata”, “sete verdades econômicas”, etc.) não deixa dúvidas quanto a isso. A mensagem é nítida: em uma “sociedade em declínio” (PragerU 2023b) onde as instituições educacionais e políticas “caíram em ruína” (PragerU 2023c), a “universidade virtual” é, nas palavras de seu fundador (ecos cínicos de Lincoln), “a última grande esperança do mundo” (PragerU 2021a). Pouco importa que, no que concerne à história, seus vídeos sejam, na maioria, simplificações ou incúrias (“O Partido Democrata é o partido da Ku-Klux-Klan”, “não existe mais racismo nos Estados Unidos”, “as terras indígenas não foram roubadas pelos colonos europeus”, etc.) e que falseiem propositalmente o sentido de certos termos, como “marxismo cultural” e “teoria crítica da raça”. Não, o que importa, nesse caso, é que o recurso a uma “verdade histórica” inapelável, pois encontrada por aqueles que, *por definição*, são seus portadores iluminados, serve para assegurar a atratividade comercial desses produtos e seu valor de troca, mantendo a audiência cativa por mais, mais e mais.¹² Como atestam os depoimentos colhidos por Nellie Bowles (2020),

¹² O depoimento sentimentalista dado por Roxanne Beckford Hodge, uma atriz sem muita importância artística, demonstra essa combinação entre o sentimento de conversão conservadora (causada pelas conversas com Dennis Prager), uma mobilização privatizante e afetiva do passado (os pais tem o direito de impedir seus filhos de participar de aulas que os “perturbem”), a defesa cafona do “excepcionalismo meritocrático” dos Estados Unidos (“na América, você pode ser quem quiser) e o alçamento da *PragerU* à condição de um sistema de peritos livre de ideologias e dedicado à “verdade” pura e simples. Ver Prageru, 2021b.

jornalista que fez uma longa reportagem sobre a *PragerU* para o *New York Times*, esse círculo entre “revelação” e “comercialização” é a espinha dorsal dos negócios da empresa: um dos jovens ouvidos, que fez uma analogia entre suas transformações política e a iluminação religiosa, disse que “depois ter assistido um vídeo, queria assistir aos demais”, enquanto um estudante “conservador” atribuiu seu recém-encontrado orgulho de ser americano aos ensinamentos da *PragerU*.

Esse também é o compasso que rege a Brasil Paralelo, embora a produtora de conteúdos brasileiras esteja, talvez, à frente de sua contraparte estadunidense no que concerne o impacto no debate público, especialmente por sua ligação umbilical, cinicamente negada pela companhia, com o bolsonarismo. Fundada por empresários de classe alta em 2016, em meio ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e à histeria direitista que, dois anos mais tarde, conduziria Jair Bolsonaro ao poder, a empresa tornou-se notória por seus “documentários”, especialmente os “históricos”, designados para serem “respostas” à academia “esquerdista” e suas alegadas “manipulações” da história brasileira e ocidental. A trama, percebe-se, é igual à da *PragerU*: homens de bem que, indignados com o estado das coisas e o tamanho do decaimento moral da nação, resolvem levar a “verdade” aos seus compatriotas, enfrentando dificuldades e percalços superados somente com sua força de vontade (e, diria eu, cofres cheios). Com esse objetivo, lançaram-se à fabricação de séries de filmes que, em seus temas, incluem, dentre outros, um monarquismo que raia o cafona em sua nostalgia imperial (“Brasil: A Última Cruzada”), a reivindicação da última ditadura civil-militar e o terror de Estado (“Brasil: Entre Armas e Livros”), teorias conspiratórias sobre a “nova ordem global” e o “fim das nações” (“O Fim das Nações”) e ataques delirantes à educação pública no Brasil (“Pátria Educadora”). O sucesso deste empreendimento é inegável: como se não bastasse sua transformação em um serviço de *streaming* (“a Netflix da direita”), a companhia obteve mais de duzentos milhões reais de faturamento em 2022, possui mais de seiscentos mil membros assinantes e acalenta o delírio de ser uma futura “Disney” brasileira (Amorim 2023). Parte desse êxito deve-se, nas avaliações de Nicolazzi (2023) e Turin (2020), a um moralismo regressista que promete ao público um retorno à glória e à grandeza nacionais, graças à recuperação da “verdadeira história” do país; ao uso e mobilização potentes de certos afetos, como o ressentimento e o ódio “ao sistema”; a técnicas de representação do passado que interpelam emocionalmente os e as espectadoras; à sua conexão com importantes setores da “Nova Direita” pós-2013, participantes habituais de seus produtos fílmicos e eventos sociais; e, finalmente, a um antiestatismo que faz do privado e do formato-empresa o terreno da virtude por excelência, em oposição à “corrupção” da *res publica*. Desta maneira, forma e conteúdo se retroalimentam: se suas obras instauram a centralidade do “passado cristão, patriarcal, branco” (Turin 2020, 25) e do capitalismo de livre-mercado para o país, tomados como essências inescapáveis, o caráter *privado* da empresa, que se jacta de não receber dinheiro algum “dos governos”, demonstra a sua *correção* e *virtuosidade* inequívocas. Em uma conjuntura em que a gramática do empreendedorismo hiper individualista e do moralismo antipolítico grassam porque dão aos sujeitos um sentido à crise social e existencial generalizada (Nunes 2022, 81-104), essa é, reconheçamos, uma estratégia sedutora e, julgando-se pelos números, exitosa. O negacionismo histórico, na era de sua reprodutibilidade técnica, *vende*.

Não vou fazer aqui uma análise estendida das representações do passado vendidas pela empresa, pois esse caminho já foi percorrido (Avila 2021). Prefiro, nesse momento, atentar para os meios pelos quais a Brasil Paralelo se auto valida epistêmica e politicamente. Como ocorre com a *PragerU*, a “verdade histórica” tem, para a empresa brasileira, uma conotação evidente em si mesma: antes de ser o resultado de um labor empírico-conceitual sempre contestável, e, em razão disso, passível de discussão e revisão, ela é análoga a uma conversão – ela chega às pessoas *de fora* tal qual a voz que Paulo ouviu na estrada para Damasco. Ela está pronta de antemão, sendo, no fraseado da carta de apresentação da Brasil Paralelo (2021a), “não relativa, um bem maior e uma meta inesgotável”. A tarefa da companhia seria “enriquecer a sociedade através da comunicação eficiente” dessa “verdade”, visando, em última instância, “expandir a consciência” da nação. Para realizar esse mui nobre intento, é necessário “resgatar o que é bom”, “deixando o relativismo de lado” (Brasil Paralelo 2021a), para devolver aos brasileiros e brasileiras o orgulho pátrio destruído pelas décadas de doutrinação esquerdista: sua meta final “é resgatar aquilo que a população brasileira não pôde herdar, mas que tem a profunda certeza de que merece saber: a verdade” (Brasil Paralelo 2021a) (sim, o enredo é circular e enfadonho). A linguagem, às vezes, aproxima-se das técnicas de *coaching* comuns à racionalidade neoliberal: as “dificuldades sempre existirão” nas vidas dos indivíduos, mas, “mantendo-se firme seus propósitos”, eles acabarão por “escrever os registros dos tempos em que vivemos” (Brasil Paralelo 2022a), deixando sua marca na história, contanto que se aforcem nessas “verdades” comercializadas pela produtora. A revelação só vem para aqueles dispostos a gastarem alguns trocados mensais (um esquema Ponzi historiográfico?): “quando uma pessoa se torna Membro e contribui com o financiamento da empresa, possibilita que milhares de outras tenham acesso gratuito a conteúdos de qualidade que *expandem a consciência* dos brasileiros” (grifo meu, Brasil Paralelo 2021a). O círculo entre “verdade” e consumo está completo: a primeira só será liberada em larga escala para a “expansão da consciência” das pessoas pelas mãos do segundo; de resto, ficaria inerte, escondida pelo complô dos acadêmicos esquerdistas do “sistema”.¹³

A pedra angular dessa estrutura é, sublinham Turin (2020) e Nicolazzi (2023), seu *ethos* antiacadêmico.¹⁴ É ele que autoriza, muito nitidamente, a pretensão paralela de ser não tão-só um sistema de peritos competidor ao universitário, mas seu *substituto* – inclusive por mandato divino: “há um dedinho transcendente nos guiando”, na frase de Rafael Nogueira, colaborador da empresa e *habitué* em cargos de governos de extrema direita (Brasil Paralelo 2022b).¹⁵ O cisma está claro: na lógica de inimizade que é o *animus* político da

¹³ Em um momento de humor involuntário para quem conhece as universidades brasileiras, a Brasil Paralelo (2021b) chegou a afirmar que “por várias gerações, em escolas, universidades, cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados, são formados professores esquerdistas que têm suas teses orientadas por diretrizes marxistas. No sistema universitário, são aprovadas e orientadas apenas teses de professores gabaritados na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Teses cujo conteúdo já está vinculado às ideologias dos orientadores – majoritariamente militantes de esquerda desde os anos 60”.

¹⁴ É necessário destacar, porém, que esse *ethos* antiacadêmico é igualmente oportunista, pois a Brasil Paralelo e a *PragerU*, quando lhes é conveniente, não hesitam em propagandar as credenciais universitárias de seus colaboradores e colaboradoras. Poderíamos dizer, à título de palpite, que a relação de ambas com o mundo universitário, assim, parasitária: dependem dele para alcançar, como seu espelho invertido, a legitimidade pública que tanto perseguem.

¹⁵ Nogueira foi diretor da Biblioteca Nacional no governo Bolsonaro e era, até a última revisão desse ensaio, secretário de cultura do estado de Santa Catarina.

Brasil Paralelo, a historiografia acadêmica, fala Nogueira, precisa ser “quebrada”, para que a “verdade” seja devolvida ao “povo”, fetichizado como uma unidade homogênea, abstrata e passiva, pronta para aceitar as “verdades” da empresa (Turin 2020). As versões sobre a história contadas nas escolas são atiradas ao campo da “irrealidade” (Brasil Paralelo 2022a). A produtora, não contentando-se em ser uma *intérprete* da realidade, alça-se, assim, à condição de sua *definidora* – um gesto seguramente ousado, para não dizer psicótico: o “real” é aquilo que *ela* afirma ser. Contra o sistema de peritos fomentador da “irrealidade”, ela reestabelece seu sentido unívoco e dá aos brasileiros e brasileiras um acesso irrestrito ao pretérito em sua plenitude, “sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo” (Brasil Paralelo 2022c). O moralismo regressista junta-se, então, a uma produção falsa de presença que, apesar de ser mentirosa, “parece mais direta e confiável do que os supostos excessos de mediação do sistema de peritos” (Cesarino 2022, 226).

Os comentários de usuários sobre os filmes da Brasil Paralelo coletados por Nicolazzi (2023), além das declarações dos seus colaboradores em vários momentos, nos dão uma dimensão tanto da sua eficiente mobilização afetiva dos sujeitos quanto das fantasias, porque fantasias são, sobre essa suposta acessibilidade imediata do passado aos consumidores. No que concerne ao “documentário” “Brasil: A Última Cruzada”, relançado em 2022 para coincidir com as comemorações do Bicentenário da Independência, alguns de seu participantes e espectadores celebraram as “grandes e profundas emoções” causadas por um filme que mostra as “partes boas e ruins” da história, prezando pela “beleza”, “coragem de botar os pingos nos ‘is’”, “grandiosidade técnica” e pela ambição de “construir a identidade” de um povo tão “desprezado” pelos “malfeitores” que querem “domina-lo”.¹⁶ A interpelação emocional dessas declarações é nítida: o crucial é tocar a audiência, cativando-a e fidelizando-a com a “velocidade e o efeito do impacto da representação” (Turin 2020, 29). O público, nos demonstra Nicolazzi (2023) respondeu à altura, com declarações de ódio aos docentes “marxistas” que ocultaram o passado “real” aos seus pupilos a lamentos pelo estado da educação pública brasileira, passando por odes ao trabalho da Brasil Paralelo em oferecer bons produtos aos seus consumidores, relatos sobre as comoções emocionais causadas pelo “contato” com o “verdadeiro passado” e as transformações existenciais daí decorrentes (todas muito lacrimosas, aliás).¹⁷

Nessas asseverações são evidentes tanto o reconhecimento bifurcado, que dá um valor indubitável a “verdade” veiculada pelos amigos ideológicos, quanto a ilusão de que é o pretérito *em si mesmo* que está perfilado nas telas dos espectadores (Brasil Paralelo 2023d). “Despido de qualquer ideologia política” (Brasil Paralelo 2021) e embasado por “fontes seguras e bons valores” (Brasil Paralelo 2022e), isto é, sem os mantos das enganações ideológicas costurados pelas instituições de ensino sórdidas, o passado adquire uma configuração definitiva, livre dos intermediários maldosos, “instantâneo” e “simultâneo” (Calasso 2019, 19) – uma, com o perdão do feio neologismo, “des-alterização” que reforça “nossa ‘mesmidade’” e destrói “a possibilidade de sermos interpelados, afetados e desestabilizados identitariamente” (Aravena 2023, 96) pelo outro. Fecha-se, assim, o arco da clivagem política-epistêmica: caso

¹⁶ Ver o seguinte *playlist*:

https://www.youtube.com/playlist?list=PL3yv1E7iXyRjo6KHghI8EE5IXfeyWU_h.

¹⁷ Para mais exemplos de “depoimentos”, cuja veracidade não é comprovada pela própria empresa, sobre a atuação “doutrinadora” de “docentes marxistas”, ver Brasil Paralelo 2021b.

queiram um contato com o passado *wie es eigentlich gewesen*, os indivíduos não têm opção a não ser consumir aquilo que lhes é vendido pela empresa. Parafraseando Cesarino (2022, 201) sobre a relação entre o bolsonarismo e a política, a Brasil Paralelo não está simplesmente alterando as formas de se fazer história, mas seu *significado e condições de possibilidade*, quiçá *redisciplinarizando-a* – mudança também registrada por Turin (2020, 22) quando ressalta a “privatização da representação histórica” levada a cabo pela organização e sua “história como serviço”: “devir-mercadoria”, enfim. A similaridade com a lógica presente nas leis anti-CRT e na *PragerU* é patente, o que aponta exatamente a “coincidência global e temporal desses padrões” (Cesarino 2022, 147).¹⁸ No fim, tal apelação à (alegada) transparência do mundo, pretérito e atual, “rechaça como supérflua toda a consideração sobre sua opacidade em nome de supostos interesses imediatos e auto evidentes” (Catanzaro 2021, 59). O monstro de Frankenstein não perambula pela Terra à toa.

TEORIZANDO A MONSTRUOSIDADE

O que as discussões acima podem, enfim, nos dizer sobre a desdemocratização do passado e sua proximidade com negacionismos vários? Em primeiro lugar, elas deslocam o problema do negacionismo histórico, habitualmente tratado como uma falha metodológica ou inadequação empírica interessada, para um campo diferente: o da comodificação total da vida no capitalismo tardio, incluindo a “verdade histórica” e seus mecanismos de legitimação e validação. É preciso, frente a isso, perguntar-nos os motivos do inesperado e rápido êxito comercial dessas formas de negação e de sua atratividade para sujeitos que, talvez genuinamente interessados pelo passado, veem nelas uma resposta para seus dilemas. Reiteraões da autoridade da historiografia disciplinada são, nesse contexto, compreensíveis, porém insuficientes porque é *ela mesma* que está sendo questionada. Igualmente, reduzir o negacionismo à uma postura supostamente anticientífica, antifactual ou (pior ainda) relativista, recaindo em um moralismo binário que é apenas espelho daquilo que se opõe, é um equívoco teórico sério. A *PragerU*, a Brasil Paralelo e as leis anti-CRT, malgrado suas particularidades, ambicionam constituir um *sistema de peritos alternativo*, com suas formas de validação equivalentes, não o destruir por completo: seus usos de noções absolutistas e inquestionáveis de “verdade histórica”, análogas ao “realismo ontológico” (Kleinberg 2017) da própria disciplina, não deveriam deixar margem para a dúvida. Talvez por essa razão, e tomando emprestada a indagação de Mackenzie Wark (2019) em relação ao capitalismo, isso não seja mais negacionismo, mas algo *muito pior*, ainda não delineado precisamente pelo trabalho teórico – esse ensaio incluso.

¹⁸ Tais padrões também são visíveis nas páginas e comunidades virtuais brasileiras analisadas por João Escosteguy Filho (2019), em que, de modo mais vulgar e grosseiro, são repetidas as imprecizações contra as histórias “falsas” da esquerda, as “mentiras” contadas pelos professores de história e o “vitimismo” das minorias políticas, além das esperadas associações entre o mercado e a liberdade “natural” dos seres humanos e a usual nostalgia restauradora da extrema-direita. Dentre outras coisas, nelas, no apontamento de Escosteguy Filho (2019, 48-49), o adjetivo “opressor” adquire uma conotação positiva, em contraste com o “vitimismo” da esquerda, e a dissolução do social característica da bivalência reacionária assume contornos radicalizados na ideia de que injustiças e desigualdades históricas não tem qualquer importância para as situações dos sujeitos no presente.

O corolário desses câmbios é, portanto, a rápida perda de credibilidade do sistema de peritos acadêmico, possivelmente em uma escala inédita até aqui. Ele, ressalta Wolin (2016, 363-364), assegurava um mínimo daquela confiança necessária a “um mundo interpretativo onde todos nós dependemos uns dos outros para decifrar seus significados e valores”. Sem isso, enunciados disparatados não só são autorizados a circular livremente, como adquirem um status de confiabilidade até pouco impensável porque, regidos pela lógica hiper individualista e fragmentária da racionalidade neoliberal, são as “verdades” nas quais os sujeitos, livres de responsabilidade social, vêm a acreditar impunemente e as quais, por serem uma expressão de sua individualidade, são consideradas invioláveis (uma substituição da certificação pela opinião). Os intentos da legislação anti-CRT de proteger os e as estudantes (brancas, infere-se) do “desconforto” psicológico e a luta de grupos de pressão como o *Moms for Liberty* pela distensão da esfera pessoal protegida para o ensino de história, em que pais e mães têm a decisão final (ou exclusiva) sobre o que seus filhos e filhas aprenderão, são sinais pronunciados dessas transformações. A “verdade”, ou qualquer coisa que queira se passar por ela, assume contornos quase que exclusivamente afetivos-pragmáticos. Mais do que isso, aliás: ela torna-se presa de concepções mercadológicas (o que vende bem é, por definição, verdadeiro), privatizantes (“minha verdade”) e bipartidas (o amigo é veraz, o inimigo mente).

É sintomático, assim, que a Brasil Paralelo (2021), para se defender das (justas) acusações de negacionismo e falsificação histórica, recorra ao grau de satisfação de seus clientes (são, afinal de contas, um serviço) e não à confiabilidade de seus procedimentos empíricos ou conceituais. Segundo ela, o fato de que os consumidores, em sítios virtuais como o Reclame Aqui, afirmarem que voltariam a fazer negócio com a empresa, estando contentes com seu conteúdo, seria uma prova da “verdade” de seus produtos. Temos aqui o mercado como o legislador final sobre a verdade histórica, contraposto à “ideologia” reinante na academia. A *PragerU* apela a um artifício parecido – o que é esperado. Para a “universidade virtual”, a “verdade histórica” mede-se pelo número de visitantes a seu sítio virtual, doadores aos seus cofres e consumidores de seus produtos: quanto maior sua quantidade, mais forte será a comprovação de que é ela, e não seus detratores e inimigos, que está ao lado do que é verídico (PragerU 2023c). O mercado emerge como aquele que define o que é verdadeiro pelo apelo ao consumo e à concorrência como as réguas pela qual se mede todas as relações humanas e sociais. Se a audiência opta por determinado produto *en masse*, ele só pode estar correto. A esfera privada, por causa de sua suposta “liberdade” inata, é o contraste virtuoso do terreno público, considerado corrupto e autoritário *a priori*: não é coincidência que a Brasil Paralelo e a *PragerU* insistam na sua independência total do Estado¹⁹ e que as leis anti-CRT devolvam o poder decisório às famílias sobre o que deve ou não ser ensinado aos seus filhos e filhas. Dissolução do social, em suma, com o consumidor, um pequeno tirano narcisista, tomando o lugar do cidadão democrático moderno (Wolin 2016, 437).

¹⁹ Não obstante essa suposta ojeriza ao Estado, que rescende a cinismo, ambas as empresas não hesitaram em vender seus serviços ao poder público, quando necessário. A Brasil Paralelo, durante o governo de Jair Bolsonaro, teve seus filmes veiculados na TV Brasil, rede estatal de televisão, e a *PragerU* já disponibiliza seus conteúdos nas escolas públicas do Texas, Oklahoma e Flórida. Ver [Eles prometeram jamais receber dinheiro do governo \(intercept.com.br\)](https://elesprometeramjamaisreceberdinheirodogoverno.intercept.com.br/) & <https://missouriindependent.com/2023/11/03/controversial-prageru-videos-gain-educational-foothold-in-a-handful-of-states/>.

As costumeiras acusações a docentes de história (“seu professor de história mentiu para você!”), por sua vez, fomentam uma oposição férrea, retórica e epistemologicamente belicosa, entre amigos e inimigos que distribui posições de autoridade de acordo com opções político-ideológicas apriorísticas. A insurgência reacionária contra as “falsificações da esquerda” deve ser vista sob esse prisma: não estamos diante somente de “revisionismos ideológicos” (Napolitano 2022) efêmeros ou de uma “dissonância cognitiva coletiva” (Castro Rocha 2023) passível de ser neutralizada por uma melhor educação histórica, mas de uma redefinição “de fronteiras ontológicas diante de um estado de exceção simbólico” (Cesarino 2022, 216). Se a aliança reacionária, particularmente em suas manifestações neoconservadoras, faz da política uma batalha existencial, ela opera similarmente no âmbito “cognitivo”: o essencial é derrotar *definitivamente* seus antagonistas. A linguagem e a mobilização afetiva do pretérito cumprem com o propósito de manter uma base continuamente alerta contra seus inimigos. A convergência reacionária usa a paranoia para, na constatação de Goldberg (2023, 131), fins de “marketização” política, dando aos consumidores, sob o disfarce de “escolhas livres”, aquilo que ela os ordena a encomendar (não é assim que funciona a ideologia?). Com isso, alimentam nostalgias restauradoras, “passados fantásmicos” (Brown 2019, 119) e “desejos de vingança” (Mbembe 2017, 14-15) instrumentais à refundação social buscada pelo consórcio neoliberal-neoconservador.²⁰ A subordinação política dos Outros no passado espelha sua subordinação política no presente e o anseio restaurador por um Éden perdido reflete a vontade de purificação (quicá violenta) do mundo, com a restituição de uma ordem “natural” a ser obedecida por todos e todas: desdemocratização porque tanto o “destino compartilhado” da pólis é negado quanto à possibilidade em pensa-la diferentemente é recusada veementemente sob o pretexto de restabelecimento de uma “verdade” que não deve ser questionada.

A nostalgia torna-se, aqui, a chave de leitura dominante do pretérito. Nesse sentido, essas representações do passado são, além de desdemocratizantes, *decadentistas*. O presente, seja ele o norte-americano pós-década de 1960 ou o brasileiro posterior a 1988 (ou mesmo 1889), é um lugar de declínio, infere-se, *por causa da democracia*. Há uma íntima conexão entre frases como “estamos vivendo no momento mais perigoso de nossa história”, proferida por Trump (Leonhardt 2023), e a denúncia, repetida à exaustão pela *PragerU* e pelos defensores das leis anti-CRT, de que as “instituições norte-americanas caíram” para o avanço “*woke*”, bem como o anseio bolsonaristas em devolver o Brasil ao tempo pré-1988 e as idealizações *kitsch* da Brasil Paralelo acerca do período monárquico ou da ditadura civil-militar instaurada em 1964 (Nicolazzi 2023). Ora, se a atualidade é decadência, a única saída é *para trás*: a agenda regressiva da aliança neoliberal-neoconservadora resta justificada “historicamente” porque é a única opção viável para impedir uma queda ainda maior. “Não há alternativas”, em suma. Porém, como colocou Nunes (2022,

²⁰ A proposta de refundação da sociedade norte-americana em termos francamente reacionários está explicitada, por exemplo, no *Project 2025*, documento que estipula o que deverá ser feito na transição para um governo conservador nos próximos anos. Dentre outras coisas, ele propõe a substituição de todo os funcionários federais dos Estados Unidos por pessoais ideologicamente conservadoras; a obrigação do ensino religioso cristão nas escolas públicas; o fim de políticas de ações afirmativas e de diversidade e inclusão; restrição total de direitos reprodutivos femininos; perseguição legal do “racismo antibranco”; e, por fim, o envio de imigrantes sem documento (latinos, em especial) a campos de concentração. Ver: [Project 2025 | Presidential Transition Project](#) (acesso em 8 de julho de 2024).

37), essas representações cultivam um “engajamento subjetivo” que “constrói uma (auto-)imagem heroica de seus adeptos e apresentam a política como uma batalha até a morte, na qual todos os meios estão justificados de antemão”. Se o “cidadão de bem” está sitiado na nação que é sua por direito e se as minorias políticas impertinentes insistem em vitimizações mentirosas que só geram privilégios indevidos, ele deve se lançar a uma nova cruzada (a última, finalmente?) para salvar a pátria. A história torna-se *uma arma* imprescindível nessa empreitada, dando um significado transcendente às políticas de inimizade contemporâneas e conferindo à regressão planejada o status de inevitabilidade histórica porque faz dela uma espécie de “revolta dos vencidos” (Nicolazzi 2023; Johnson 2022) que não passa, entretanto, de uma anástrofe desonesta e de má-fé. Anástrofe desonesta, pois inverte as estruturas de dominação e injustiça, pintando os opressores como oprimidos e os vencedores como derrotados; má-fé, na medida em que é um autoengano interessado, uma *fuga* da realidade em direção a falsificações agradáveis para uns, letais para outros (Gordon 2022, 51-59). Na síntese de Goldberg (2023, 100), na medida em que “a verdade estava inegavelmente presente, as realidades tão evidentes, só podia significar que a reação acabaria se manifestando senão como um faz-de-conta” – uma “fabricação compulsiva”. Clio com as vestes do monstro de Frankenstein, Spicer como o historiador-modelo.

No entanto, para recordarmos da ressalva hegeliana feita por Eduardo Grüner (2022, 156), até mesmo as farsas mais pueris possuem seus momentos de verdade. O decadentismo de má-fé da convergência reacionária não deixa de ser uma resposta às ansiedades resultantes da enorme “degradação social” (Grüner 2022, 636) em que vivemos e ao fato de que nossas condições de existência, para citar Nunes, tornam-se cada vez mais traumáticas, transformando, todavia, “as ameaças reais que vemos crescer no horizonte em versões distorcidas de si mesmas, como reflexos numa casa de espelhos”. Em vez de confrontarem os sujeitos com a realidade, essas representações lhes propiciam um escape à ilusão, ao delírio e ao conspiracionismo que dão ao mundo um simulacro explicativo e um semblante de ordem que busca no consórcio reacionário as soluções para os problemas por ele próprio criados. Tomando emprestada uma formulação de Jameson (1991, 38), tudo isso “pode ser visto como uma tentativa degradada de pensar a totalidade impossível” e assustadora do capitalismo tardio. À moda de um retorno hediondo do reprimido, a desdemocratização do passado pode ser considerada uma *resposta*, ainda que perversa, à “historicidade minguante” (Jameson 1991, 284-285) de nossos dias – um regresso caricato da História enquanto um “drama da coletividade” (Jameson 2014, 267) que dá aos indivíduos, em substituição à uma relação responsável com o pretérito e à compreensão efetiva de suas condições de existência, “fantasias de gratificação em imagens de relações sociais hierárquicas e sistemas de privilégio passados”. Agora entendemos por que tais (im)posturas se convertem em *commodities* valiosas: são *compensações* para um *tempo descompensado*.

Incensado por essas miragens, o público é instado a retornar constantemente, em um círculo de *fidelização* que é um ótimo instrumento de interpelação comercial e ideológica, pois estimula a fé dos consumidores de que estão vendo não uma representação do passado, mas *a coisa em si*. No exame de Vogl (2023, 176), eles fornecem uma *pax perpetua* mentirosa, porém persuasiva, para os conflitos de interpretação do mundo porque pressupõem a *eliminação* desses embates. O que resulta disso, retomando Grüner (2021, 642-644), é a “liquidação da subjetividade crítica”, agora permutada por uma

“transparência obscena de imagens fetichizadas” que, ao suprimir o espaço entre as palavras e as coisas que é fundacional da atividade interpretativa, dá um *semblante congelado* ao real.²¹ O mundo não precisa ser interpretado - ele simplesmente é o que é. Para além desse conformismo, o reconhecimento bifurcado, a privatização do passado, a disseminação de seus usos afetivos e as mudanças nas suas formas de certificação e validação têm decorrências graves para a vida política e a sociabilidade democrática. Primeiramente, porque obliteram aos poucos a comunalidade dos sujeitos, que é, afirma Wolin (2021, 248), o “fundamento natural da democracia”, sem a qual o senso, crucial para o pacto democratizante, de que possuímos um “destino compartilhado” (Wolin 2016, 239) é destruído. Por conseguinte, ele “torna ilegíveis os laços que nos unem aos outros” (Catanzaro 2021, 58), reduzindo “interesse vital do indivíduo à sua vida privada” (Catanzaro 2021, 58) ou, no máximo, ao seu círculo familiar. Em segundo lugar, há a “perda de eficiência simbólica” (Vogl 2023, 199), previamente aludida, dos acordos (cambiantes e continuamente negociados) que permitem um relativo consenso sobre a natureza da realidade e de suas representações (a diferenciação entre um embuste e seu oposto). Essa não é, porém, uma disputa sobre os critérios de fabricação desses compromissos, como ocorria nos velhos debates “pós-modernos”, mas a sua *dissolução* em favor de uma proliferação de sentidos privativos e privatizados, e piores por serem tomados por verdades absolutas. O custo disso, claro, é a proliferação de uma incerteza epistêmica que, ao que tudo indica, não é passageira, mas aponta para, usando a hipótese de Aravena (2019) à qual me referi no início do texto, “mudanças epocais” nas maneiras pelas quais nos relacionamos com o passado, bem como de suas representações. De um sistema de peritos minimamente fundamentado, e, em virtude disso, cambiável responsavelmente, passaríamos para um sustentado por operações (quase que) puramente mercadológicas e afetivas, incapaz de ser criticado, porque não há espaço para isso, e reformado, pois obedece a um princípio de eficácia que, pontua Vogl (2023, 178), vive da “produção intencional do não-saber” para sua reprodução exitosa.

Não seria essa uma modalidade inédita de pesadelo?

²¹ Aqui, é interessante apontar para as ponderações de Anselm Jappe (2021, 298-300) sobre a atual hegemonia das imagens prontas, da qual a *Brasil Paralelo* e a *PragerU* parecem ser bons avatares, e a infantilização dos sujeitos, cada vez mais acostumados a consumir produtos acabados e a renunciarem a processos complexos de interpretação. Deixo aqui as palavras do filósofo alemão: “as imagens, contudo, e sobretudo o seu fluxo constante, são muito mais manipuláveis do que o texto escrito; contêm mais contradições ocultas e, sobretudo, são muito menos matizadas e complexas. (...). As imagens apelam aos sentimentos e aos gostos, que são, como tais, pessoais e definitivos, em vez de apelarem à razão, terreno comum da humanidade aberta à discussão” (Jappe 2021, 299). Descontando o tom um tanto peremptório das afirmações, me parece que as reflexões de Jappe também nos dão indícios importantes para pensarmos as razões do sucesso da *Brasil Paralelo* e da *PragerU*.

REFERÊNCIAS

Fontes

- AMORIM, Lucas. Com 500 mil assinantes, Brasil Paralelo quer evitar polêmicas e sonha ser “a Disney brasileira”, *Revista Exame*, 17 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://exame.com/negocios/com-500-mil-assinantes-brasil-paralelo-quer-evitar-polemicas-e-sonha-ser-a-disney-brasileira/>. Acesso em 27 de março de 2024.
- BOWLES, Nellie. Right-Wing Views for Generation Z, Five Minutes at a Time, *The New York Times*, January 4th, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/04/us/politics/dennis-prager-university.html>. Acesso em 26 de março de 2023.
- BRASIL PARALELO. A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim, 2021a. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-paralelo>. Acesso em 27 de março de 2024.
- BRASIL PARALELO. Professores militantes em sala de aula. O que fazer?, 2021b. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/professores-militantes>. Acesso em 27 de março de 2024.
- BRASIL PARALELO. Evento de lançamento: Brasil: a última cruzada - nova edição, 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTV93HfMYug>. Acesso em 26 de março de 2024.
- BRASIL PARALELO. Rafael Nogueira relembra emoção durante a construção da série “Brasil: A Última Cruzada”, 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVZWVOGyvvY>. Acesso em 26 de março de 2024.
- BRASIL PARALELO. Por que querem censurar o conteúdo da Brasil Paralelo como se fosse um crime?, 2022c. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/censura-brasil-paralelo>. Acesso em 27 de março de 2024.
- BRASIL PARALELO. Rodrigo Pimentel: A história é bem diferente daquela contada pelos professores, 2022d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k3bdw48gAOg&list=PL3yv1E7liXyRjo6KHg_h18EE5IXfcyWU_h&index=31. Acesso em 26 de março de 2024.
- BRASIL PARALELO. A Brasil Paralelo é bolsonarista?, 2022e. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/a-brasil-paralelo-e-bolsonarista>. Acesso em 27 de março de 2024.
- CAPEHART, Jonathan. What about Black students’ ‘discomfort’?, *The Washington Post*, February 8, 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/02/08/teaching-history-discomfort-black-students/>. Acesso em 22 de março de 2024.
- CHAIT, Jonathan. Conservatives Have a New Master Theory of American Politics, *The New York Magazine*, July 26, 2023. Disponível em: <https://nymag.com/intelligencer/2023/07/long-march-through-institutions-conservatives-rufo-milikh-claremont-desantis-trump.html>. Acesso em 27 de março de 2024.
- HOUSE BILL 7, 2022. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/0007/ByVersion>. Acesso em 27 de março de 2024.
- HOUSE BILL 1557, 2022. Disponível em: <https://www.flsenate.gov/Session/Bill/2022/1557>. Acesso em 27 de março de 2024.
- HOUSE BILL 3979, 2021. Disponível em: <https://legiscan.com/TX/text/HB3979/id/2339637>. Acesso em 27 de março de 2024.

- KELLEY, Brendan. PragerU's Influence, June 7th, 2018. Disponível em: <https://www.splcenter.org/hatewatch/2018/06/07/prageru%E2%80%99s-influence>. Acesso em 27 de março de 2024.
- LEONHARDT, David. How Trump Would Govern, *The New York Times*, December 5th, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/05/briefing/how-trump-would-govern.html>. Acesso em 27 de março de 2024.
- PRAGERU. The PragerU Story: a short documentary, 2021a. Disponível em: <https://www.prageru.com/video/the-prageru-story-a-short-documentary>. Acesso em 26 de março de 2024.
- PRAGERU. Roxanne Beckford Hoge: I Was a Hollywood Liberal and Now I Fight for Truth, 2021b. Disponível em: <https://www.prageru.com/video/stories-of-us-roxanne-beckford-hoge>. Acesso em 27 de março de 2024.
- PRAGERU. Disrupting the Education System While Defending Truth with James Lindsay, 2023a. Disponível em: <https://www.prageru.com/video/disrupting-the-education-system-while-defending-truth-with-james-lindsay>. Acesso em 27 de março de 2024.
- PRAGERU. Society Is in Decline but PragerU Has the Cure, 2023b. Disponível em: <https://www.prageru.com/video/society-is-in-decline-but-prageru-has-the-cure>. Acesso em 26 de março de 2024.
- PRAGERU. Victor Davis Hanson on Wars, Woke Culture, and the Fall of America's Institutions, 2023c. Disponível em: <https://www.prageru.com/video/victor-davis-hanson-on-wars-woke-culture-and-the-fall-of-americas>. Acesso em 26 de março de 2024.
- PRAGERU. *2023 Biannual Report*. Los Angeles: PragerU, 2023c.
- THE AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, American Library Association reports record number of demands to censor library books and materials in 2022, March 22, 2023. Disponível em: <https://www.ala.org/news/press-releases/2023/03/record-book-bans-2022>. Acesso em 26 de março de 2024.
- THE PRESIDENT'S ADVISORY 1776 COMMISSION. *The 1776 Report*. Washington: 2021. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2021/01/The-Presidents-Advisory-1776-Commission-Final-Report.pdf>. Acesso em 27 de março de 2024.
- TURNING POINT. Dennis Prager: The Truth About American History, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qv1rG1FgZZo>. Acesso em 27 de março de 2024.
- WAXMAN, Olivia. Anti-'Critical Race Theory' Laws Are Working. Teachers Are Thinking Twice About How They Talk About Race, *Time Magazine*, June 30, 2022. Disponível em: <https://time.com/6192708/critical-race-theory-teachers-racism/>. Acesso em 27 de março de 2024.

Bibliografia

- ARAVENA, Pablo. *Pasado sin Futuro*: teoria de la história e la crítica de la cultura. Santiago: Escarpate, 2019.
- ARAVENA, Pablo. *Vivir sin Lengua*: cuando el tiempo ya no hace la historia. Valparaíso: Ediciones Inubicalistas, 2023.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico, *Revista Brasileira de História*, vol. 41, n. 87, p. 161-184, 2021.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos*: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

- BROWN, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein: authoritarian freedom in Twenty-First century "democracies", *Critical Times*, vol. 1, n. 1, p. 60-79, 2018.
- BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.
- CALASSO, Roberto. *O Inominável Atual*. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.
- CASTRO ROCHA, João César. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.
- CASTRO ROCHA, João César. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- CATANZARO, Gisela. *Espectrologia de la Derecha: hacia una crítica de la ideología neoliberal en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Cuarenta Ríos, 2021.
- CESARINO, Letícia. *O Mundo do Averso: verdade e política na Era Digital*. São Paulo: Ubu, 2022.
- COOPER, Melinda. *Family Values: between neoliberalism and the new social conservatism*. Zone Books, 2017.
- DI CESARE, Donatella. *O Complot no Poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2023a.
- DI CESARE, Donatella. *Si Auschwitz no es nada: contra el negacionismo*. Buenos Aires: Katz Ediciones, 2023b.
- ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos, *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 39-65, 2019.
- GOLDBERG, David Theo. *The War on Critical Race Theory*. Cambridge: Polity, 2023.
- GORDON, Lewis. *Freedom, Justice, Decolonization*. London: Routledge, 2020.
- GORDON, Lewis. *Fear of Black Consciousness*. New York: FSG, 2022.
- GRÜNER, Eduardo. *Lo Sólido en el Aire: el eterno retorno de la crítica marxista*. Buenos Aires: Clacso, 2022.
- HEMMER, Nicole. *Partisans: the conservative revolutionaries who remade American politics in the 1990s*. New York: Basic Books, 2022.
- JAMESON, Fredric. *The Political Unconscious: narrative as a socially symbolic act*. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- JAMESON, Fredric. *Postmodernism: or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso Books, 1991.
- JAMESON, Fredric. *The Antinomies of Realism*. London: Verso Books, 2014.
- JAPPE, Anselm. *A Sociedade Autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. São Paulo: Elefante, 2021.
- JOHNSON, Paul Elliot. *I the People: the rhetoric of conservative populism in the United States*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2022.
- KAHN-HARRIS, Keith. *Denial: the unspeakable truth*. London: Notting Hill Editions, 2018.
- KALPOKAS, Ignas. *A Political Theory of Post-Truth*. London: Pallgrave MacMillan, 2019.
- KIS, Danilo. *The Encyclopedia of the Dead*. Evanston: Northwestern University Press, 1997.
- KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- LaCAPRA, Dominick. *Representing the Holocaust*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- MBEMBE, Achille. *Políticas de Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MCINTYRE, Lee. *Post-Truth*. Boston: The MIT Press, 2019.

- NAPOLITANO, Marcos. Revisionismo, doença infantil do negacionismo? In: SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel & FERREIRO-VÁZQUEZ, Óscar (orgs.). *Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente*. Recife: Edupe, 2022. p. 111-142.
- NICOLAZZI, Fernando. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. In: Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo | *Politika*, 2023.
- NUNES, Rodrigo. *Do Transe à Vertigem*: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.
- ROSENFELD, Sophia. *Democracy and Truth*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press, 2019.
- SARTRE, Jean-Paul. *Search for a Method*. New York: Vintage Books, 1968.
- SHELLEY, Mary. *Frankenstein*: or the modern Prometheus. Dublin: Roads Classics, 2013.
- TABAROVSKY, Damián. Poesía y ensayo. In: *Escritos de un insomne*. Adrogué: Alquimia, 2015.
- TOSCANO, Alberto. *Late Fascism*: race, capitalism and the politics of crisis. London: Verso Books, 2023.
- TURIN, Rodrigo. Os Tempos da Independência: entre a história disciplinar e a história como serviço, *Almanack*, n. 25, p. 1-39, 2020.
- VOGL, Joseph. *Capital y Resentimiento*: una breve teoría del presente. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2023.
- WARK, McKenzie. *Capital is Dead*: is this something worse? London: Verso Books, 2019.
- WHITE, Hayden. *The Content of the Form*: narrative discourse and historical representation. Baltimore: JHU Press, 1987.
- WOLIN, Sheldon. *Fugitive Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

O monstro de Frankenstein Reacionário

Artigo recebido em 21/08/24 • Aceito em 20/11/24

DOI | doi.org/10.5216/rth.v27i2.79892

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado